

Sumário

Introdução	1
Capítulo 1 – Teoria dos Direitos Fundamentais	3
1.1 ORIGEM: conceitos e aspectos históricos	3
1.1.1 Conceito.....	3
1.1.2 Aspectos históricos.....	7
1.2 Construção dos Direitos Fundamentais	9
1.2.1 Dimensões de Direito Fundamental.....	17
1.3 Formas de tratamento e materialização dos Direitos Fundamentais.....	25
1.3.1 Regras e Princípios	28
1.3.2 Colisão de princípios e conflito de regras	35
1.3.3 A máxima da proporcionalidade.....	39
1.4 A esfera do não-decidível.....	41
Capítulo 2 – O Princípio da Presunção de Inocência no Direito Estrangeiro e no Ordenamento Jurídico Brasileiro	55
2.1 Origem e aspectos históricos sobre o princípio da presunção de inocência	55
2.2 Sentidos do princípio da presunção de inocência e o direito estrangeiro.....	76
2.2.1 O princípio da presunção de inocência na Argentina.....	79
2.2.2 O princípio da presunção de inocência no Chile.....	84
2.2.3 O princípio da presunção de inocência na Itália	88

2.2.4 O princípio da presunção de inocência na Espanha	93
2.2.5 O princípio da presunção de inocência em Portugal	96
2.2.5.1 A categoria trânsito em julgado e o sistema recursal português.....	104
2.3 O princípio da presunção de inocência no Brasil: a Constituição da República Federativa do Brasil e o sistema processual penal.....	108
2.3.1 Aspectos históricos e implicações de âmbito constitucional	108
2.3.2 O princípio da presunção de inocência no sistema processual penal.....	112
2.3.2.1 A categoria trânsito em julgado e o sistema recursal penal brasileiro.....	122
Capítulo 3 – Prisão Cautelar e Prisão Pena no Brasil: dos Fins Processualmente Demarcados aos Fins Materiais de Restrição da Liberdade.....	129
3.1 As espécies de prisões no direito processual penal brasileiro	129
3.1.1 A prisão cautelar: aspectos teóricos e finalidades	130
3.1.2 A prisão em flagrante delito	139
3.1.3 A prisão temporária	141
3.1.4 A prisão preventiva.....	142
3.2 A prisão pena: aspectos teóricos, funções e finalidades	158
3.2.1 Teorias absolutas ou retribucionistas (em Kant e em Hegel)	160
3.2.2 Teorias Relativas ou Utilitaristas	163
3.2.2.1 Prevenção geral (positiva e negativa)	164
3.2.2.2 Prevenção especial (positiva e negativa).....	166
3.2.3 Teorias mistas ou unificadoras da pena	168

3.2.4 Teorias da prevenção geral positiva: fundamentadora e limitadora	171
3.2.4.1 Prevenção geral positiva fundamentadora	171
3.2.4.2 Prevenção geral positiva limitadora	172
3.2.5 Teoria unificadora dialética da pena	174
3.2.6 Teoria Agnóstica da pena	178
3.2.7 A questão dos limites da punibilidade a partir da tipicidade ...	180
3.2.8 Considerações sobre a prisão pena	181
Capítulo 4 – O Princípio da Presunção de Inocência e a Execução Provisória da Pena no Direito Processual Penal Brasileiro.....	183
4.1 O direito fundamental à presunção de inocência, previsto no art. 5º, LVII, da CRFB/88 à luz da Teoria dos Direitos Fundamentais	183
4.2 A natureza da garantia da presunção de inocência enquanto norma jurídica do direito fundamental: norma-princípio ou norma-regra	188
4.3 Conteúdo e forma da garantia da presunção de inocência no ordenamento processual penal brasileiro à luz do direito estrangeiro	194
4.4 A prisão decorrente da condenação em segunda instância à luz das espécies prisão cautelar e prisão pena.....	203
Considerações finais.....	211
Referências.....	219